

## O ENSINO DA HISTÓRIA RUANDESA APÓS O GENOCÍDIO DE 1994: A NARRATIVA HISTÓRICA DO GOVERNO DE RUANDA E O AUTORITARISMO DA FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA (RPF)

TEACHING RWANDAN HISTORY AFTER THE 1994 GENOCIDE:  
THE HISTORICAL NARRATIVE OF THE GOVERNMENT OF  
RWANDA AND THE AUTHORITARIANISM OF THE RWANDAN  
PATRIOTIC FRONT (RPF)

Prof. Dr. Danilo Ferreira da Fonseca<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo faz parte de uma pesquisa ampliada que tem como principal objeto o governo de Ruanda após o genocídio de 1994. Neste momento, busca-se analisar o modo que o governo ruandês orienta o ensino da história recente de Ruanda. Tal proposição ensino da história opera de modo a dar mais visibilidade à alguns conteúdos substantivos, e esconder outras informações acerca do passado ruandês. Para tal, analisamos como fontes alguns materiais produzidos pelo governo ruandês e pelo seu Ministério da Educação, principalmente o guia para professores de história, que é fundamental para a difusão da história ruandesa nas escolas e para a população local como um todo. A escolha e valorização de determinados episódios e sujeitos históricos, assim como o apagamento e silenciamento de outros podem nos demonstrar como o controle e o ensino da história são importantes para a consolidação de projetos políticos autoritários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ruanda; Ensino de História; Autoritarismo.

**ABSTRACT:** This article is part of an expanded research that has as its main objective the government of Rwanda after the 1994 genocide. At this moment, we seek to analyze the way in which the Rwandan government guides the teaching of the recent history of Rwanda. This history teaching proposition

---

\* O presente artigo faz parte do Projeto de Pesquisa Continuada realizado frente ao Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), lotado no Departamento de História do campus Irati (DEHIS/I). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UNICENTRO. Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: [daniloffonseca@gmail.com](mailto:daniloffonseca@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6887-612X>.

operates to give more visibility to some substantive content, and hide other information about the Rwandan past. To this end, we analyzed as sources some materials produced by the Rwandan government and its Ministry of Education, mainly the guide for history teachers, which is fundamental for the dissemination of Rwandan history in schools and for the local population as a whole. The choice and valorization of certain historical episodes and subjects, as well as the erasure and silencing of others, can demonstrate to us how the control and teaching of history are important for the declarations of authoritarian political projects

**KEYWORDS:** Rwanda; History Teaching; Authoritarianism.

### Considerações iniciais

Em 1994, Ruanda passou por um dos maiores genocídios do século XX, em pouco mais de cem dias, algo entre de oitocentos mil e um milhão de ruandeses que eram entendidos como tutsis e hutus moderados foram assassinados por seus compatriotas que eram entendidos e se entendiam como hutus, com uma complexa condução da burocracia estatal e de grupos extremistas vinculados ao governo do então presidente General Juvenal Habyarimana.

Passados quase 30 anos de tal processo, Ruanda é hoje governada por aqueles que encerraram o genocídio, derrotando milícias genocidas e o exército do então governo local. A partir da liderança do General Paul Kagame, a Frente Patriótica Ruandesa (RPF, da sigla em inglês) venceu a guerra civil que ocorreu entre 1990 e 1994, e que teve como desfecho o genocídio. Desta forma, coube a RPF a reconstrução do país, com a adoção de novos modelos econômicos, sociais e políticos, que possuem também como pano de fundo uma nova narrativa para a história ruandesa, que precisou encarar de frente uma população que percorreu um processo histórico bastante traumático.

O presente artigo visa problematizar a reconstrução da narrativa histórica realizada pelo governo da RPF a partir do ensino da história ruandesa propagado nas escolas locais. Para tal, temos como principal fonte o *History – Teacher Guide* da disciplina de história, que aponta como devem ser trabalhados pelos professores os processos históricos recentes que o país percorreu. É bastante notável, conforme veremos no decorrer do texto, como os

vencedores da guerra civil reescrevem substancialmente a história ruandesa, utilizando de tal conhecimento para se perpetuarem seu projeto de poder.

Desta forma, o artigo possui como aporte teórico a interface entre a História e a Ciência Política, possuindo como preocupação o entendimento da formação histórica do governo, da administração pública, das relações internacionais, do comportamento político e das políticas públicas (elementos presentes em diferentes medidas no artigo), de modo a gestar um sistema político com uma forma de legitimação e modo de dominação específicos. No caso em questão, buscamos vincular como o ensino da história estaria diretamente ligada a busca de legitimação e dominação do sistema político ruandês, em que o Estado utiliza as ferramentas da administração pública e das políticas públicas na área da educação para fins que lhe são desejados.

Não se trata aqui de entender a história política como um sistema explicativo, em que a ação das elites políticas é recebida de forma acrítica e automática pela população local. Para o um maior entendimento dos efeitos práticos de tais materiais e recursos didáticos, seria necessária uma pesquisa ampliada e desdobrada do presente artigo. No entanto, o enfoque da presente pesquisa, inserida em um projeto ampliado sobre o Estado ruandês foca nas ferramentas utilizadas pelo governo da Frente Patriótica Ruandesa em diferentes áreas, no caso atual, na educação.

Ao utilizar como principal fonte um material de recurso didático, entende-se aqui que tais recursos deixaram de ser, nas últimas décadas, meros manuais escolares de apoio de ensino para serem entendidos como um complexo objeto cultural e político, e uma importante fonte histórica com diversas possibilidades de pesquisas. Para o presente artigo, os materiais e recursos didáticos são entendidos como uma fonte histórica privilegiada para sistematizar e compreender os conteúdos curriculares traçados e organizados pelo Estado, conforme é apontado por Bittencourt (2004).

Não é parte da atenção do presente artigo as questões mercadológicas que envolvem o mercado editorial e educacional ao redor do mundo, já que a fonte selecionada é produzida e distribuída gratuitamente pelo governo ruandês.

No entanto, isso não quer dizer que tais elementos não sejam privados de interesses extra educacionais e até comerciais, já que o *Rwanda Basic Education Board* possui um apoio significativo de organizações não governamentais e de instituições internacionais como o Banco Mundial, o que também influencia na construção do currículo, conforme veremos mais adiante no decorrer do artigo.

Para construirmos uma argumentação mais sólida, o presente artigo está dividido em dois momentos distintos. Em um primeiro momento explica-se a trajetória recente do governo do General Paul Kagame e da Frente Patriótica Ruandesa, de modo a entendermos que grupo produz e propaga o ensino da história ruandesa no recorte trabalhado. No segundo momento trabalha-se os documentos analisados, de modo a esmiuçar como a narrativa da história e o seu ensino estão entrelaçados com as autoridades responsáveis.

### **Os vencedores da Guerra Civil: entre a libertação e o autoritarismo**

O fim do genocídio em julho de 1994 só foi possível com a conquista de quase a totalidade do país pela Frente Patriótica Ruandesa, que então era comandada pelo General Paul Kagame, que prendeu ou expulsou uma parte significativa dos genocidas e perpetradores. As feridas abertas pelo conflito em larga escala, ainda mais com uma ampla participação da população civil fez com que boa parte dos analistas internacionais e especialistas da área tivessem uma visão pessimista quanto ao futuro da região, em que o risco de prorrogação da guerra civil, revanchismo, e uma espiral de crise levassem Ruanda a se consolidar como um país problemático em sua governabilidade e com tensões sociais constantes.

No entanto, passadas quase três décadas do conflito, o que podemos observar é uma razoável estabilidade política, em que não ocorreram graves conflitos dentro de Ruanda, o que potencializou um constante crescimento econômico e uma diminuição da pobreza por parte da população.

Por outro lado, o sucesso do modelo ruandês, aclamado por revistas financeiras<sup>2</sup> e órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, possui uma série de controvérsias, na medida que boa parte dos conquistas atingidas pelo governo de Paul Kagame podem ser questionadas, já que Ruanda atua diretamente em conflitos armados em seu vizinho Congo, exportando suas instabilidades internas para o exterior, onde também realizou um brutal extermínio de civis refugiados em um contra genocídio em 1995.<sup>3</sup> Até o sucesso econômico de Ruanda estaria vinculado a tais tensões no Congo, pois milícias ruandesas atuam no país de modo a pilhar minérios valiosos que são levados para Ruanda realizar a exportação. (KINNIBURGH, 2014)

Tais polêmicas são constantemente abafadas, ou ignoradas tanto no âmbito internacional como doméstico, já que Paul Kagame e a Frente Patriótica Ruandesa acumularam um capital histórico e político bastante significativo, principalmente ao encerrar o genocídio e garantir ao mercado internacional uma fonte “segura” e estável de tântalo, tungstênio, nióbio e coltan. Internamente, a margem de manobra política é bastante reduzida, a oposição não possui voz e não consegue questionar os caminhos traçados pelo governo ruandês, em que muitas vezes opositoristas são presos e até assassinados, com episódios de atentados no exterior, como foi o caso do opositorista exilado Patrick Karegeya na África do Sul em 2014, e também os três atentados sofridos por Kayumba Nyamwasa também na África do Sul (TWAGIRAMUNGU, 2015, p. 10), em ambos o principal suspeito da ação é serviço secreto ruandês.

Tais ações não passam despercebidas por órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos, que constantemente emitem notas e matérias sobre a perseguição política em Ruanda e a consequente privação de liberdade, como é o caso da matéria divulgada pela Anistia Internacional:

---

<sup>2</sup> Paul Kagame foi indicado como o Homem do Ano na revista Forbes África de 2019.

<sup>3</sup> Após o genocídio em 1994, o exército ruandês, agora controlado pela Frente Patriótica Ruandesa, realizou uma série de incursões contra o território congolês com a justificativa de perseguir agentes que perpetuaram o genocídio e estariam escondidos no país vizinho, no entanto, tais ações levaram ao assassinato de milhares de ruandeses hutus em campos de refugiado, em que mulheres e crianças também foram vítimas. A partir de tais ações, Ruanda também participou ativamente das duas Guerras do Congo (1996-1997 e 1998-2006).

Nas últimas duas décadas, campanhas de difamação, intimidação, desaparecimentos e assassinatos direcionados caracterizaram o espaço político de Ruanda.

A Frente Patriótica de Ruanda (RPF) consolidou seu controle sobre o sistema político de Ruanda, deixando pouco espaço para oposição política. Vozes em desdém - seja na política, na mídia ou na sociedade civil - foram sistematicamente silenciadas.

A partir de então, usando o argumento da unidade nacional e a luta contra o “divisionismo” e a “ideologia do genocídio”, o governo de Ruanda restringiu continuamente o espaço cívico. (Anistia Internacional, 2017) [tradução própria]<sup>4</sup>

O debate e a divergência acerca da postura autoritária e as supostas conquistas atingidas pelo governo de Paul Kagame permeiam o debate acadêmico e social, com pesquisadores construindo análises com posturas críticas e outros exaltando a Frente Patriótica Ruandesa. Pesquisadores como o jornalista Gourevitch (2009), ou ainda líderes de fundações Blair e Buffet (2013), são entusiastas do governo de Paul Kagame, indicam que o presidente conseguiu gestar uma improvável unidade nacional em um país historicamente cindido por graves conflitos, e a partir daí teria conquistado uma notável estabilidade política e crescimento econômico para além do que era esperado.

Já o cientista político Straus e o professor de justiça transicional Waldorf (2011), assim como a economista Ansoms, Marijnen, Cioffo e Murison (2017), questionam a forma que tais conquistas foram atingidas, e até mesmo a veracidade dos dados divulgados pelo governo ruandês, classificando-as como artificiais ou maquiadas e atingidas a partir de uma atuação política autoritária que seria questionável.

Os dados econômicos divulgados pelo governo ruandês são apontados como incoerentes, segundo pesquisas da Ansoms, Marijnen, Cioffo e Murison, principalmente nos dados vinculados a redução da pobreza (ANSOMS, et al,

---

<sup>4</sup> No original: Over the past two decades, smear campaigns, intimidation, disappearances and targeted killings have characterized Rwanda’s political space.

The Rwanda Patriotic Front (RPF) has consolidated its control over Rwanda’s political system, leaving little room for political opposition. Dissenting voices – whether in politics, the media or civil society – have been systematically silenced.

From then on, using the argument of national unity and the fight against “divisionism” and “genocide ideology”, the Rwandan government has continuously restricted civic space. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2017)

2017, p. 48). Para os pesquisadores, existe em Ruanda uma tentativa de camuflar a pobreza, a partir de “uma ‘modernidade imposta’ que parece resultar em nada mais do que a atualização cosmética da vida rural, enquanto oculta a verdadeira extensão da pobreza. Na Ruanda contemporânea, parece ter sido ‘proibido pela política oficial’ ser pobre” (ANSOMS, 2009, p. 305). Tal processo é realizado a partir de uma obrigatoriedade de vestimentas específicas, ou ainda a proibição de andar sem calçados em alguns locais do país, de modo a criminalizar o modo de vida de parte da população rural e trabalhadora.

Os bons resultados econômicos de Ruanda também são questionados devido a origem de uma parte significativa das divisas do país, que provêm principalmente da exportação de metais valiosos, como o Nióbio, Coltan, entre outros. A polêmica em tal exportação não está apenas no fato de Ruanda ter substituído a dependência econômica da exportação de um produto primário (o café) por outro, mas sim devido ao país não possuir grandes minas de tais minérios em seu território, já que uma parte de tais produtos são pilhadas do território congolês.

O autoritarismo do governo ruandês é também parcialmente aceito por possuir uma roupagem de legalidade, já que está ancorado na chamada *Law of Genocide Ideology* (Lei da ideologia genocida), que consiste em uma lei que possui o propósito de impedir e punir o que é genericamente indicado como “Ideologia Genocida” e o “divisionismo” entre os ruandeses. Uma lei dessa magnitude, em um país traumatizado por um processo de genocídio pode parecer ter uma intenção nobre, mas por outro lado, conforme nos aponta Uwizeyimana (2014), tal legislação é amplamente utilizada para inibir e prender opositores ao governo da RPF, com a acusação de que os argumentos opositoristas estariam afetando a unidade nacional e promovendo o divisionismo dos ruandeses, o que praticamente impossibilitaria a crítica às ações do governo de Paul Kagame.

O impacto de tal legislação ganhou evidência internacional nos últimos anos a partir da polêmica prisão de Paul Rusesabagina, que ficou mundialmente conhecido pelo filme “Hotel Ruanda” (2004) que narra a sua história de ajuda

aos ruandeses tutsis durante o genocídio ao receber centenas de tutsis no hotel em que era gerente. Rusesabagina, que vivia exilado na Europa e nos Estados Unidos devido às suas críticas ao governo ruandês, teve seu voo desviado de forma ilegal quando iria visitar o Burundi, e foi preso ao aterrizar em Kigali, sendo posteriormente, em 2021, condenado a 25 anos de prisão por promover o terrorismo e a ideologia genocida.

A contradição de uma figura internacionalmente conhecida por lutar contra o genocídio ser presa por promover a ideologia genocida fez com que Kagame tivesse um raro revés, e acabou libertando Rusesabagina em março de 2023 após pressão dos Estados Unidos.

Tais problemas também são fruto de um processo de transição após o genocídio que promoveu a reconciliação nacional e justiça contra os crimes cometidos no decorrer da Guerra Civil de forma inconclusa e imparcial. Tanto no Tribunal Penal Internacional para Ruanda, como nos tribunais internos de Ruanda, como os tribunais Gacaca, focaram na punição e prisão de grupos e políticos que estavam lutando contra a RPF (e que promoviam o genocídio). Já os crimes cometidos por membros da RPF foram apagados ou ignorados, não conseguindo ter reverberação jurídica tanto em âmbito nacional, como internacional, em que comumente aponta-se que uma das maiores limitações do Tribunal Penal Internacional para Ruanda foi o julgamento das ações contra genocidas da RPF, principalmente em campos de refugiados do Congo, além da ação subsequente de Ruanda nas duas Guerras do Congo.

Diante desse contexto, Paul Kagame está na posição efetiva de presidente a partir de 2000, quando o então presidente Bizimungu renunciou, e desde então venceu as eleições presidenciais de 2003, 2010 e 2017, com mandatos de 7 anos, o atual presidente tem a cadeira presidencial garantida até 2024. As votações expressivas que beiram os 95% dos votos podem trazer desconfiança, mas não aparenta incomodar a comunidade internacional.

A alta porcentagem de votos nas eleições só é possível com o amplo controle social e político que Kagame exerce, conforme vimos anteriormente,



no entanto tal controle não é exercido apenas no tempo presente, mas também na forma que o passado é aprendido e propagado, conforme veremos adiante.

### **Como ensinar a história de Ruanda: entre o apagamento e a gestão de unidade**

A partir de 2020, enquanto parte do Ministério da Educação, o *Rwanda Basic Education Board*, que ficou responsável por regular e distribuir materiais escolares e guias de professores, assim como direcionar métodos de ensino promovendo o aprimoramento docente e o monitoramento das atividades dos professores. Cabe também ao *REB* promover a conectividade das escolas a introdução de tecnologias no ensino.<sup>5</sup> Desta forma, nos últimos anos o *REB* produziu centenas de materiais e livros didáticos, distribuindo centenas de milhares de versões para as escolas ruandesas, de modo que a fonte aqui apresentada é central para o controle que o governo ruandês faz para padronizar o ensino, e em especial, o ensino de História, e monitorar os docentes ruandeses.

O *History – Teacher Guide* (2020) foi articulado a partir de um grande esforço do Ministério da Educação de Ruanda em centralizar e padronizar o ensino básico ruandês, levando a publicação em 2020 de diretrizes e guias curriculares para 21 áreas distintas<sup>6</sup>. Com o *History – Teacher Guide* (2020) o presente artigo não pretende compreender o ensino de história em toda sua complexidade, já que envolveria um estudo ampliado com a prática efetiva em sala de aula, mas sim compreender as instruções e os professores recebem para ensinar a história ruandesa e global.

O *History – Teacher Guide* (2020) está estruturado em duas partes distintas, em um primeiro momento, intitulado *Part 1: General Introduction*, encontramos uma breve explicação (apenas 13 páginas) sobre o funcionamento

---

<sup>5</sup> As atividades do Rwanda Basic Education Board podem ser acessadas em site oficial: <https://www.reb.gov.rw/home>

<sup>6</sup> As áreas que receberam guias de conteúdo específico para o ensino básico foram: Agricultura, Química, Economia, Inglês, Empreendedorismo, Belas Artes, Francês, Ciências sociais, Ciências domésticas (importância da etiqueta, higiene, etc.), Ciências da computação, Língua Knyaruanda, Língua Kiswaili, Literatura, Matemática, Música, Educação Física, Ciência e tecnologia elementar, Física, Religião.

do documento e o seu propósito, o que nos possibilita compreender melhor a percepção da utilidade e o lugar da história para o governo ruandês, já que nos indica como a história deve ser abordada. A segunda parte do guia, intitulada *Part II: Sample lesson plans*, possui uma maior preocupação com o conhecimento substantivo da história, que são divididos em 11 unidades que problematizam questões que envolvem debates da História Moderna e Contemporânea em escala global e local.

Os conteúdos globais do documento circundam em grande medida a história africana, problematizando o tráfico de escravos (*Unit 3: The forms of slave trade*), a descolonização do continente (*Unit 4: African nationalism and acquisition of Independence*), o neocolonialismo (*Unit 5: Causes and effects of neo-colonialism*), mas também abordam temáticas mais generalistas como o iluminismo (*Unit 6: The performance of the age of enlightenment*), e a guerras mundiais (*Unit 7: The causes, courses and effects of first and second World Wars*).

Apesar das possibilidades de análises em tais unidades, no presente artigo nos focaremos principalmente nos trechos que abordam mais diretamente a história ruandesa, como é o caso da primeira unidade intitulada *Unit 1: The post-colonial Rwanda*, que nos possibilita entender melhor como o passado recente ruandês é interpretado e ensinado nas escolas ruandesas.

Por outro lado, algumas outras unidades possuem análises práticas e direcionadas quanto ao presente ruandês, que variam desde questões humanistas e de propagação de uma cultura de paz, mas que também possuem encaminhamentos recentes do governo ruandês em tom propagandístico, como é o caso das unidades *Unit 2: Genocide prevention*, *Unit 8: Different types of national service in various societies*, *Unit 9: The role of democracy, Unity and reconciliation in the transformation of Rwandan Society*, *Unit 10: Dignity and self-reliance*, e *Unit 11: Prevention and resolution of conflicts*.

O documento, produzido de forma oficial pelo governo, está disponível em língua inglesa, o que expressa uma mudança significativa que o governo da Frente Patriótica Ruandesa possui frente ao seu passado, já que por décadas a

língua oficial do país foi o francês, língua de seus antigos colonizadores belgas. Em 2008, o governo de Kagame governo de Paul Kagame começa a boicotar eventos francófonos e converte a língua oficial do país para o inglês no que tange a administração pública e o ensino, a justificativa principal foi a facilidade de se fazer negócios na língua inglesa, o que corroboraria com o desenvolvimento do país, por outro lado, esta também foi uma forma de romper simbolicamente laços históricos com a Bélgica e a França que eram próximas do governo do hutu Juvenal Habyarimana, enquanto que a RPF estava exilada e acolhida em Uganda, um país vizinho anglófono.

O que mais nos interessa, nesse momento, e de acordo com o recorte proposto pelo presente artigo, é entender como é ensinada a história recente de Ruanda no atual governo da Frente Patriótica Ruandesa, com isso nos ateremos principalmente à primeira unidade que foca de maneira mais substancial na história ruandesa do período pós-colonial.

É curioso notar que o período pós-independência de Ruanda é tratado no documento como um momento trágico, não pela emancipação frente à colonização belga, mas sim pelos parâmetros e caminhos traçados pelos embates de forças políticas nas décadas subsequentes. Para entendermos melhor a particular visão da história ruandesa ensinada e propagandeada, precisamos compreender de forma mais substancial os caminhos traçados para a independência do país.

Na década de 1950 a situação colonial em Ruanda 1950 estava bastante delicada, e com os seus equilíbrios ameaçados. A sociedade Banyaruanda e os seus costumes políticos e sociais que traziam coesão para tal forma societária foram corrompidas pelo ímpeto colonial já no final do século XIX, em que a invasão colonial alemã começou a realizar diferentes demarcações na sociedade local, que variavam desde marcações religiosas, até categorizações raciais com pretensões científicas. Tais diferenciações se intensificam e se tornam oficiais com a colonização belga, principalmente a partir da década de 1930, em que o soberano local, o *Mwami* Mutara III Rudahigwa (um tutsi), concretizou uma série de medidas, como a adoção do cristianismo como religião oficial e a

adoção de carteiras étnicas para tutsis e hutus, de modo que estes deixam de ser uma identidade ligada a uma casta vinculada ao ofício para ser uma identificação racial. Tais mudanças e a aproximação com os colonizadores europeus distanciaram a aristocracia local, constituída majoritariamente de tutsis, da população em geral, composta principalmente de hutus, o que alterou as relações de trabalho e acesso à terra, em que a exploração do trabalho foi ampliada e o acesso à terra dificultado, com o intuito de maximizar a exportação de produtos primários, principalmente o café, sem que isso afetasse as longas e prestigiosas pastagens para o gado dos tutsis aristocratas (MAMDANI, 2002, p.80).

Não podemos aqui nos aprofundar em tal processo,<sup>7</sup> mas de um modo geral, a degradação da vida da população hutu (e de alguns tutsis) fez com que ocorresse uma grande revolta, em que as grandes terras da elite local foram invadidas, abatendo o gado e expulsando do país os tutsis vinculados ao governo local. Com o desmonte do império belga em andamento, os colonizadores apenas apoiaram os revolucionários, de modo a garantir que mesmo com um processo de libertação continuassem a receber as remessas de café e parte de seus ganhos econômicos, o que de fato ocorreu nas décadas seguintes até o genocídio em 1994.

Desta forma, é importante notar que na história ensinada em Ruanda as revoltas populares de 1959 intituladas pela literatura especializada como “Revolução Hutu de 1959”, e que doravante fora cultuada pela Primeira e Segunda Repúblicas Ruandesas (1962 – 1971 e 1971 – 1994) como um marco histórico fundante da sociedade ruandesa, agora seja apagada da história, deixando de ser uma revolução, ainda mais feita por hutus, para ser o momento inicial da tragédia do exílio dos tutsis.

O que antes era valorizado como uma conquista dos hutus, no documento virou destaque para um longo martírio de exílio para os tutsis, em que é destacado principalmente:

---

<sup>7</sup> Para mais informação ver: FONSECA, Danilo F. Colonialismo em Ruanda: entre a exploração e a valorização (1918 – 1962). Revista de História da UEG. , v.5, p.199 - 218, 2016.

- as más condições de vida - falta de emprego - falta de boa educação nos países de acolhimento - o governo ruandês solicitou desde 1964 que os refugiados fossem colocados nos seus países de asilo, o governo ruandês não fez nada para ajudá-los a regressar ao seu país de origem - Direito à nacionalidade. (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p.16) [tradução própria]<sup>8</sup>

E nessa nova história ruandesa, os hutus não teriam mais lugar, tiveram o seu nome literalmente apagado do guia de história, já que nas mais de trezentas páginas do guia, a palavra hutu não aparece, ao contrário do termo tutsi, que repetidas vezes é citado para explicar o sofrimento de parte da população com o exílio e o posterior genocídio em 1994.

Diante da descrença na Revolução de 1959 e da valorização do exílio, a Guerra Civil Ruandesa entre 1990 e 1994 ganha um tom heroico, sendo denominada no decorrer do documento como a “Guerra de Libertação”. Ao contrário de muitos países africanos que veem a sua luta de libertação ocorrer contra o poder colonial, criando ali os seus heróis nacionais e referências históricas, em Ruanda, essa libertação viria, segundo o entendimento do material de apoio feito pelo governo ruandês, décadas depois, com a invasão de Ruanda pelo braço armado da Frente Patriótica Ruandesa, que marcaria o início do retorno dos exilados e seus descendentes.

A libertação de Ruanda estaria diretamente associada com as ações da Frente Patriótica Ruandesa, durante a Guerra Civil, que tem início em 1990 após a invasão que o braço armado da RPF faz pelo norte do país via Uganda. O conflito ocorre em um momento de ampla crise do governo Habyarimana que não consegue manter os rendimentos econômicos advindos da exportação do café, dada a sua depreciação de valor no mercado internacional, o que levou ao aumento da pobreza e episódios de fome em algumas regiões. Este contexto de fragilidade e perda de legitimidade frente a parte da população, fez com que a RPF alcançasse apoio em Ruanda e conseguisse lutar contra o governo de

---

<sup>8</sup> No original: the bad conditions of living - lack of employment - lack of good education in hosting countries - the Rwandese government had since 1964 requested that refugees be settled in their countries of asylum, the Rwandese government did nothing to help them to return back to their home country - Right to the nationality.

Habyariamana. Tal conflito, com crimes de guerra ocorridos dos dois lados do front, inflou o extremismo e a propaganda anti-tutsi, que associava a RPF com os antigos aristocratas, de modo que era recorrente o discurso de que a luta travada pela oposição armada era pela volta da lógica servil dos tempos coloniais, a divulgação de tal propaganda foi um importante combustível para a realização do genocídio em 1994. (STRAUS, 2006, p. 29)

Aos olhos do governo, a guerra civil, agora chamada de Guerra de Libertação teve como causas:

o longo exílio dos refugiados ruandeses e o facto de o Governo do Ruanda os ter recusado a regressar à sua terra natal. Além disso, houve divisão étnica e regionalismo, intimidação e assassinato de opositores políticos e o aumento da ditadura em Ruanda, que também contribuíram para a eclosão da Guerra de Libertação de 1990-1994. (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p. 14-15) [tradução própria]<sup>9</sup>

Apesar de apontar as divisões regionais e étnicas, tais questões não são exploradas no documento, ao contrário do exílio, que tem os seus problemas destacados em diferentes propostas de exercícios e catalogados em diferentes momentos.

No documento, pouco se fala sobre a Primeira e Segunda República Ruandesa (1962-1994), que são apontadas principalmente para indicar o sofrimento do exílio dos tutsis após a Revolução Hutu de 1959, chamada no documento de “crise de 1959”, e também indicar um suposto “continuum do genocídio”, a partir de políticas de cotas, que visava a inclusão de hutus na administração pública, educação e outros setores da sociedade. A postura do governo frente ao seu passado leva a um apagamento da história ruandesa, e de toda sua complexidade, como se existisse um movimento teleológico ao genocídio.

Nesse sentido, o documento trata o genocídio de 1994 como consequência direta do que chama de “ideologia divisionista” (RWANDA

---

<sup>9</sup> No original: the long exile of Rwandan refugees and the fact that the Government of Rwanda refused them to come back to their homeland. In addition, there were ethnic and regionalism division, the intimidation and killing of political opponents and the increase of dictatorship in Rwanda which also contributed to the outbreak of the 1990 - 1994 Liberation War

BASIC EDUCATION BOARD, 2020), p. 39), que teria cindido uma sociedade coesa e unida. Nos parece que o documento possui uma preocupação de gerar uma unidade nacional utilizando-se da história, desta forma, a política de apagamento da população hutu ocorre também no registro civil ruandês, em que as identidades tutsis e hutus foram oficialmente abolidas e toda a população local passou a ser apenas identificada como ruandesa, com o propósito de gerar não apenas uma unidade nacional, mas também um suposto patriotismo (MUTABEZI, 2021, p. 3). Por outro lado, se o termo hutu é abolido em diversas instâncias sociais e históricas, o tutsi e seu martírio permanecem como um elemento fundante para a formação de uma nova Ruanda.

Essa nova Ruanda é destacada em uma parte significativa do capítulo que retrata a história ruandesa após a independência em um tópico chamado de “*Achievements of the Government of Rwanda after the genocide Against the Tutsi*”.

Ao refletir sobre a história recente pós-genocídio, o que encontramos no documento são longas listas e análises de problemas enfrentados e superados pelo governo da RPF, de modo a apagar as próprias contradições do governo. A valorização do governo circunda as mais variadas temáticas como: Segurança Nacional, Promoção de unidade, democratização, Estabilidade institucional e Crescimento econômico.

Alguns itens refletem pontos debatidos e polêmicos por parte da literatura especializada, como é caso da indicação de que a RPF teria realizado “a promoção da democracia organizando eleições livres, transparentes e pacíficas a nível local e implementando” (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p. 53) [tradução própria]<sup>10</sup>. Conforme vimos anteriormente, a política ruandesa contemporânea possui uma série de críticas quanto as liberdades políticas e a forma que as eleições locais são realizadas.

---

<sup>10</sup> No original: “promotion of democracy by organizing free, transparent and peaceful elections at local levels and putting in place”

Na mesma medida, o documento também indica os esforços realizados pelo governo para a “luta e eliminação de todos os constrangimentos da Unidade nacional tais como etnicidade, regionalismo, discriminação” (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p 44) [tradução própria]<sup>11</sup>, que estaria vinculada a “*Law of Genocide Ideology*”, que acaba por ser um dos pilares da repressão ruandesa, já que, conforme vimos anteriormente, opositoristas são constantemente acusados de divisionistas ao tentar fazer política fora da proposta de unidade nacional da RPF.

Os supostos ganhos econômicos também são apresentados no documento, em que são postos como conquistas a estabilidade fiscal e inflacionária, a política de privatizações, além da implementação de uma visão meritocrata (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p. 45-46). Além de serem medidas vinculadas a uma política econômica neoliberal que é introjetada em muitos países africanos atualmente (BADI, 2008, p. 77), também vimos anteriormente que tal crescimento pode ser questionado, dado a sua dependência da pilhagem de metais valiosos do vizinho República Democrática do Congo.

É importante destacar que o *Rwanda Basic Education Board* possui apontados como parceiros em sua página de internet uma série de ongs e fundações internacionais, como a *Mastercard Foundation*, em que, como é apontado por Badi (2008), tais organizações fazem parte de um processo de ingerência internacional no continente africano, com a imposição de modelos econômicos e sociais. Também expressa essa ingerência o apoio do Banco Mundial ao *REB* que impõe modelos educacionais a partir de uma perspectiva neoliberal.

Por outro lado, o documento não apresenta traços de personalismo com o presidente Paul Kagame, em que seu nome pouco aparece no documento, presente apenas em um tópico específico sobre iniciativas endógenas do governo.

---

<sup>11</sup> No original: “fight and elimination of all constraints of national Unity such ethnicity, regionalism, discrimination”



Esta postura de valorizar o governo está de acordo com a visão de história trazida pelo próprio documento, já que o estudo do passado estaria a serviço da construção da “unidade” e do “patriotismo” (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p. 31), em que tal posicionamento estaria vinculado a uma suposta visão crítica da história para que os estudantes possam “analisar as conquistas e os desafios do Governo de Unidade Nacional, (...) terão de usar o seu pensamento crítico para identificar o que foi realmente alcançado e quais são os desafios enfrentados na manutenção do seu programa.” (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p. 3) [tradução própria]<sup>12</sup>. Pensar para além da manutenção do programa em implementação, seria dividir o país, com a possibilidade de ser condenado por propagar uma ideologia divisionista e genocida.

### Considerações finais

O ensino da história ruandesa contemporânea, mais precisamente após a independência de 1962, pode ser entendida como um jogo de luz e sombras de acordo com os interesses da Frente Patriótica Ruandesa. A história recente do país é utilizada de modo a potencializar as principais pautas do atual governo, ao mesmo tempo que possibilita e legitima uma repressão diante da oposição.

No decorrer do artigo pudemos observar as instruções do governo para os professores de história em três frentes distintas: (1) novas narrativas para conteúdos substantivos; (2) apresentação de informações positivas do governo ruandês; (3) uma concepção de história acrítica e legitimadora do poder.

Alguns processos históricos ruandeses passaram por novas interpretações e significados, como é o caso da Revolução Hutu de 1959 que passou a ser a “Crise de 1959”, que não mais representaria a libertação do povo ruandês, mas sim o início do martírio do exílio para os tutsis. Na mesma medida, a Guerra Civil ruandesa ganha o tom heroico de “Guerra de

---

<sup>12</sup> No original: “in unit one where the matter is to analyze achievements and challenges of the Government of National Unity, learners will have to use their critical thinking in order to identify what has been really achieved and what are the challenges faced in carrying out its program.”

Libertação”, já que teria possibilitado o retorno dos exilados tutsis, desconsiderando os novos exilados ruandeses que foram para o Congo.

É também notável a quantidade de informações positivas que são apresentadas sobre o atual governo, apesar de não ocorrer um personalismo com o presidente Paul Kagame. As ações governamentais que envolvem segurança, economia, conquistas sociais estão no documento de forma larga, com uma visão positiva e com apontamentos do que precisa ser feito, mas que o governo estaria no caminho certo para tais realizações. As bandeiras de unidade nacional e patriotismo levantadas pela RPF também estão presentes no documento, com a valorização do país e a crítica ao que é chamado de divisionismo da sociedade ruandesa.

Tais posturas estão diretamente associadas com a visão de história apresentada pelo próprio documento, que indica a necessidade de uma promoção de paz, que só seria possível com o “patriotismo” (RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, 2020, p. 31). O documento até apresenta a necessidade de uma visão crítica da história, mas esse criticismo seria para efetivamente entender como continuar o programa do governo e quais os seus desafios para uma implementação, o que torna acrítica a visão de história ensinada.

Desta forma, o modo que a história ruandesa é ensinada corrobora com o autoritarismo ruandês e faz parte de seu projeto de poder, já que também a partir do passado, existe uma legitimidade daqueles que governam o país, assim como uma suspeição e criminalização daqueles que fugiriam da unidade nacional proposta, que combateria um suposto divisionismo da sociedade, mas que acaba por coibir a pluralidade em Ruanda.

Assim, a história ensinada e propagandeada em Ruanda não possibilita margens interpretativas que apontem para diferentes possibilidades para o passado, o que acaba por também controlar os caminhos que podem ser traçados no presente e no futuro ruandês. No entanto, frente a tal processo traumático como foi o genocídio de 1994, uma história que não é tomada a

limpo e possui parte de sua “sujeira” escondida embaixo do tapete, corre um maior risco de repetir tal processo.

### Referências

AMNESTY INTERNATIONAL, Rwanda’s repressive tactics silence dissent before elections, 2017, in: <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/08/rwandas-repressive-tactics-silence-dissent-before-elections/>

ANSOMS, A. Rwanda’s Post-Genocide Economic Reconstruction. The Mismatch between Elite Ambitions and Rural Realities. In S. STRAUS, S., WALDORF, L. (eds), **Remaking Rwanda**. State Building and Human Rights after Mass Violence. Madison: The University of Wisconsin Press, 240–51.

ANSOMS, An, MARIJNEN E. CIOFFO, J. MURISON, J. Statistics versus livelihoods: questioning Rwanda’s pathway out of poverty. **Review of African Political Economy**, vol 44, nº 151, pp. 47-65, 2017.

ANSOMS, An. Re-engineering rural society: the visions and ambitions of the Rwandan elite. *African Affairs*, 108/431, Oxford, **Oxford university press**, pp. 289-309, 2009.

BADI, M. La globalización neoliberal: las alternativas africanas. Buenos Aires, **Revista Theomai**, n 17, p. 77-87, 2008.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BLAIR, T., BUFFET, H. **Stand with Rwandans**. Now is no time to cut aid to Kigali. *Foreign Policy*, February 21. 2013

CLARK, P. **The Gacaca Courts**, Post-Genocide Justice and Reconciliation in Rwanda. Justice without Lawyers. London: Cambridge University Press, 2010.

CRISAFULLI, Patricia, REDMOND, Andrea. **Rwanda, Inc.:** how a devastated nation became an economic model for the developing world. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2012.

FONSECA, Danilo F. Colonialismo em Ruanda: entre a exploração e a valorização (1918 – 1962). **Revista de História da UEG.** , v.5, p.199 - 218, 2016

FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**, v. 22, p. 56-77, 2013.

GOUREVITCH, P. The Life After. Fifteen years after the genocide in Rwanda, the reconciliation defies expectations. **The New Yorker**, maio 4: 35–50, 2009.

KINNIBURGH, Colin. Beyond "Conflict Minerals": The Congo's Resource Curse Lives On. **Dissent**, v. 61, n. 2, p. 61-68, 2014.

MAMDANI, Mahmood. **When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Rwanda**, Princeton, Princeton University Press, 2002.

MUTABEZI, Eric. Identity and citizenship in Rwanda: analysis of history textbooks *Bildungsforschung*, S. 2021, p. 1-13.

RWANDA BASIC EDUCATION BOARD, **History S6 – Teacher Guide**, Kigali, 2020.

STRAUS, S., WALDORF, L. (eds) **Remaking Rwanda. State Building and Human Rights after Mass Violence**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2011.

STRAUS, Scott. **The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda**. Ithaca, Cornell University Press, 2006.

SUNDBERG, Molly. **Training for Model Citizenship: An Ethnography of Civic Education and State-Making in Rwanda**. Upsalla, Palgrave Macmillan US, 2016.

TWAGIRAMUNGU, Noel. Embracing Neo-liberalism in Uganda and Rwanda. In: LAHAI, J., LYONS, T. (org,) **African Frontiers: Insurgency, Governance and Peacebuilding in post- Colonial States**. New York: Routledge, 2015.

UWIZEYUMANA, Dominique. Aspects and Consequences of the Rwandan Law of Genocide Ideology: A Comparative Analysis. **Mediterranean Journal of Social Sciences, MCSER Publishing**, Rome-Italy, Vol 5, No 23, p. 2370 – 2379, 2014.

WORLD BANK, **World Bank Development Indicators**, 2015 in: [databank.worldbank.org](http://databank.worldbank.org)

**Recebido em:** 31 de maio de 2023  
**Aceito em:** 16 de outubro de 2023